Cecília Toledo

# Mulheres
## O Gênero nos Une, a Classe nos Divide

**Marxismo e Opressão**

2a Edição

Sundermann
São Paulo
2008

t. lv/

giu uma terceira relação: o homem passou a ser escravo do trabalho. Quando deixou de trabalhar para satisfazer o prazer (o trabalho deixou de ter valor de uso) e passou a trabalhar por um excedente; quando a procriação deixou de ser natural, sujeita à sua livre vontade; quando o filho deixou de ser apenas um subproduto de sua relação sexual e passou a ser uma imposição para a mãe; quando ter filho passou a ser uma atividade alheia à mulher, pertencente a outro, a procriação passou a ser a perda de si mesma.

O trabalho alienado aliena do homem a natureza e a si mesmo, a sua função ativa própria, a sua atividade vital, e, com isso, aliena do homem o gênero. Ele o aliena dos outros homens. Nesse momento surge a alienação sexual, a separação-desigualdade entre os sexos. Essa separação é, portanto, um fato histórico, tanto quanto a alienação do trabalhador em relação a seu trabalho, o surgimento da exploração, da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes.



## CAPÍTULO II

# A Mulher no Mundo do Trabalho

A situação da mulher no mundo do trabalho – tanto do trabalho social quanto do trabalho doméstico – deixa claro como o problema da sua opressão é um problema de classe, um problema do capitalismo. A entrada em massa da mulher no mercado de trabalho se deu durante a chamada Revolução Industrial, na Inglaterra, entre 1770 e 1830. Além de ter marcado a introdução da maquinaria no processo de produção de mercadorias e a concentração de grandes contingentes de trabalhadores nas fábricas, a Revolução Industrial marcou a introdução da família na engrenagem de produção, transformou a mulher em força de trabalho, fez dela uma operária.

Foi um processo vertiginoso, que mudou a situação da mulher de todas as classes. A ideologia burguesa do amor maternal mostrou toda a sua hipocrisia ao ser imposta para as mulheres de todas as classes sociais, mas só valer de fato para a mulher burguesa, que tinha condições materiais e espirituais para ser mãe. As mulheres que não eram da burguesia foram confiscadas pelo capital e transformadas em força de trabalho. E junto com seus filhos!

A máquina, criada para render o máximo, acabou por arrancar a mulher de dentro de casa, incorporando-a ao seio da classe operária. Como diz Marx em O capital (vol.1),

> "A maquinaria, ao tornar inútil a força do músculo, permite empregar trabalhadores sem força muscular ou sem um desenvolvimento físico completo, que possuem, no entanto, uma grande flexibilidade em seus membros. O trabalho da mulher e da criança foi, portanto, o primeiro grito da aplicação capitalista da maquinaria. Desse modo, aquele instrumento gigantesco criado para eliminar trabalho e operários se convertia imediatamente em meio de multiplicação do nú-

> mero de assalariados, colocando todos os indivíduos da família operária, sem distinção de idade ou sexo, sob a dependência imediata do capital. Os trabalhos forçados a serviço do capitalista invadiram e usurparam não só o lugar reservado às brincadeiras infantis, mas também o posto de trabalho livre dentro da esfera doméstica e a romper com as barreiras morais, invadindo a órbita reservada inclusive ao próprio lar".

O capital arrancou a mulher do seio da família e não deu a contrapartida necessária para suprir o vazio que nela deixava. Nas famílias trabalhadoras, esse vazio era concreto e dramático: quem se encarregaria das tarefas domésticas? Lavar, passar, costurar, cozinhar? Quem tomaria conta das crianças pequenas? Quem as amamentaria? Quem cuidaria das hortas de subsistência, com contribuição importante na economia doméstica? Enfim, quem cuidaria da reposição da força de trabalho, tão essencial para o funcionamento da engrenagem capitalista? Nada disso foi suprido pelo capital.

Trabalhando turnos seguidos, as mulheres operárias, apesar de continuarem responsáveis pelo trabalho doméstico, tiveram de abandonar o lar à sua própria sorte. Os problemas sociais se agravaram, entre eles, o índice de mortalidade infantil e materna. Sem tempo para amamentar os filhos, uma vez que muitas operárias eram chamadas ao trabalho dez a quinze dias depois do parto, as mães faziam o que podiam para manter seus filhos quietos enquanto trabalhavam. A ordem era, de fato, mantê-los dopados. Tornou-se prática comum entre as operárias de Manchester (Inglaterra) alimentar os bebês três vezes ao dia e, para mantê-los quietos o resto do tempo, dar-lhes uma mistura, a "mistura de Godfrey", composta de láudano - um tranqüilizante à base de ópio, de largo uso entre as mulheres - e melado. Os reflexos dessa situação podiam ser vistos nos índices de mortalidade infantil e nos sofrimentos infundidos às mães pobres, solteiras ou casadas.[1]

Os trabalhos impostos pelo consumo familiar, como costurar, remendar, cozinhar, foram forçosamente supridos pela compra de mercadorias já confeccionadas. Ao diminuir a inversão de trabalho doméstico, aumenta a inversão de dinheiro. Portanto, os gastos de produção da família operária crescem e anulam os ingressos obtidos com o trabalho. A isto se agrega o fato de para a família operária é impossível seguir as normas de economia e conveniência no consumo e preparação dos alimentos.

A incorporação da mulher à fábrica, e também da criança, desvalorizou o trabalho masculino e aumentou o grau de exploração, agora não mais do

[1] QUINTANEIRO, Tania. *Retratos de mulher*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.





operário individual, mas de toda a família operária. Marx explica como o valor da força de trabalho passou a ser determinado pelo tempo de trabalho indispensável para a manutenção de toda a família operária, e não mais apenas do operário adulto individual. Ao lançar no mercado de trabalho todos os indivíduos da família, a máquina distribuiu entre toda a sua família o valor da força de trabalho de seu chefe, desvalorizando-a.

> "Talvez comprar uma família parcelada, por exemplo, 4 forças de trabalho, custe mais do que custava antes comprar a força de trabalho do cabeça da família; mas, em troca, o patrão tem 4 jornadas de trabalho ao invés de uma, e o preço de todas elas diminui em comparação com o excesso de trabalho excedente dado por 4 operários ao invés de um. Agora são 4 pessoas que têm que dar trabalho ao capital e trabalho excedente para manter uma família. Como se vê, a maquinaria amplia desde o primeiro momento não só o material humano de exploração, o verdadeiro staff do capital, mas também seu grau de exploração".[2]

Assim, com a substituição cada vez mais intensa do trabalho masculino pelo trabalho feminino e, sobretudo, com a substituição do trabalho dos adultos pelo trabalho infantil, aumentou muito o número de operários, e o capital conseguiu reduzir o nível salarial de todos eles. Como lembra Marx, "três meninas de 13 anos, com salários de 6 a 8 chelins por semana, substituem um homem adulto com um salário de 18 a 45 chelins".

Outro tipo muito comum de exploração das mulheres era o das operárias em domicílio. Prometiam-lhes, mediante avisos colocados nas fábricas, um trabalho fácil, que exigia somente a compra de uma máquina de costura. O rendimento exigido era tão grande e os salários tão baixos que a operária não chegava jamais a pagar sua máquina, que era confiscada em pouco tempo.

Assim, apesar de haver sido confiscada pelo capital para ir à fábrica, a mulher não foi libertada da escravidão do trabalho doméstico. O trabalho fora de casa, se por um lado significou o início de sua libertação, já que unificou a mulher à classe operária e lhe deu assim, as ferramentas para lutar contra o capital e por sua emancipação, por outro lado impôs a ela duplicação da jornada de trabalho e, com isso, a duplicação de sua alienação enquanto trabalhadora, uma vez que a mulher não é uma na fábrica e outra em casa; ela é um ser único, que exerce essas duas funções sociais.

[2] MARX, Karl. *O capital*, vol. 1.

## A mulher e a máquina

A passagem da manufatura para a grande indústria foi o momento de incorporação do trabalho feminino à produção social. A força motora necessária para a produção havia sido transferida dos músculos do trabalhador para a máquina, abrindo caminho para a incorporação de mulheres e crianças ao processo produtivo.

Aqui há três aspectos a serem ressaltados. Primeiramente, note-se que a mulher é considerada força de trabalho inferior, ou mais frágil, porque só é convocada para a fábrica quando chega a máquina, que dispensa a força bruta. Ela e a máquina chegam juntas e são o diferencial da indústria moderna em relação à manufatura. A mão-de-obra feminina é convocada para aumentar o rendimento da máquina, ou do capital constante, fazendo baixar o nível salarial geral da classe trabalhadora. No entanto, ela sempre fez trabalhos pesados antes do advento da grande indústria, como arar a terra, cuidar de animais, esfregar o chão, transportar e carregar os filhos, o que demonstra que a ideologia de sua fragilidade é uma imposição cultural da sociedade burguesa, para servir às necessidades da grande indústria naquele momento.

Por outro lado, a máquina possibilitou a entrada em massa da mulher na indústria não apenas porque eliminou a força muscular, mas porque exigiu um maior número de braços (para manter-se funcionando em tempo contínuo e rendendo maior lucratividade), o que fez com que o capitalismo apelasse para o exército industrial de reserva, representado pela mulher.

Em terceiro lugar, como alerta Maria Valéria Pena, com sua entrada no mercado de trabalho, ou no trabalho coletivo, a mulher transformou-se numa trabalhadora assalariada, como parte de um processo que substituiu trabalhadores qualificados por não-qualificados, adultos por crianças e homens por mulheres. Assim, a desqualificação do trabalhador, que surgiu com o advento da máquina e a destruição da manufatura, ajudou à incorporação da mulher ao trabalho social.

Dois fatores, portanto, contribuíram para a transformação da mulher em proletária: 1) a máquina, ao dispensar força muscular; 2) a desqualificação do trabalhador (uma vez que a mulher é considerada mão-de-obra desqualificada por origem), reduzindo as tarefas a um mesmo nível. Dessa forma, o capitalismo usou a divisão sexual, a desigualdade de gêneros, para estimular a competição entre os trabalhadores e baixar o nível de salários. A mulher é sinônimo de trabalho barato. E, como lembra Marx, embora teoricamente o valor da força de trabalho seja, em média, o mesmo para todos os trabalhadores, na prática a força de trabalho pode ter diferentes valores de troca. Isto tem diversas causas, entre elas o maior treinamento, a idade e o sexo.





As conclusões de Marx são, por um lado, que a força de trabalho da mulher é uma forma de extração de mais-valia absoluta, um recurso usado pelo capital para aumentar diretamente o lucro, assim como quando eleva a jornada de trabalho, e, por outro, que a expansão do trabalho feminino pode corresponder a uma expansão da demanda por artigos prontos, ampliando o processo de circulação de mercadorias.

> "Como na família há certas funções, por exemplo, a de cuidar e amamentar os filhos, que não podem ser suprimidas radicalmente, as mães confiscadas pelo capital se vêem obrigadas a alugar operárias que as substituam. Os trabalhos impostos pelo consumo familiar, tais como costurar, remendar, etc, são supridos, forçosamente, comprando mercadorias prontas. Ao diminuir a inversão de trabalho doméstico, aumenta, como é lógico, a inversão de dinheiro. Portanto, os gastos de produção da família operária crescem e absorvem os ingressos obtidos do trabalho." [3]

## O encontro com as novas tecnologias

Assim como havia ocorrido na época da primeira Revolução Industrial, com a introdução da maquinaria no mundo do trabalho, a chegada das novas tecnologias na segunda metade do século XX, sobretudo o advento da informática em grande escala, facilitou o trabalho da mulher e sua absorção como mão-de-obra. Entretanto, tampouco conseguiu resolver ou mesmo minimizar o "problema de gênero". Apesar de o capitalismo se aproveitar das diferenciações de gênero, a situação da mulher no mundo do trabalho mostra que essa não é a causa primordial de sua opressão. Ela é apenas um dado cultural, que faz parte da superestrutura da sociedade, e que é diretamente dependente e influenciada pelas determinantes estruturais, ou seja, o modo de produção capitalista. Poderíamos dizer que as desigualdades de gênero são "envenenadas" pelo capitalismo, alimentadas e aprofundadas a cada dia, de inúmeras formas, para que continuem a servir o modo de produção dominante.

A situação social das mulheres se caracteriza pela desigualdade e, no fundo de qualquer um dos aspectos em que se manifesta essa desigualdade está o trabalho, porque está relacionada diretamente com a forma como a mulher trabalhadora concilia sua condição de reprodutora do capital e de força de trabalho.

[3] Idem.

No estudo Mudança tecnológica e gênero no Brasil, Alice Rangel de Paiva aborda os impactos da nova tecnologia microeletrônica sobre a divisão e a organização do trabalho. Segundo a autora, o estudo das qualificações, das trajetórias ocupacionais e das formas de gestão passa pela articulação da problemática da divisão sexual do trabalho com a categoria gênero, que lhe confere a dimensão histórico-social essencial para um real aprofundamento da questão.

A autora parte da análise das transformações operadas no trabalho feminino a partir dos anos 80. Houve uma incorporação maciça de mulheres no mercado de trabalho brasileiro (a taxa de atividade feminina cresceu de 33,6% em 1979 para 38,7% em 1989), enquanto a taxa de atividade dos homens se mantinha praticamente estável no mesmo período. Esse movimento estaria acoplado a uma nítida terceirização da economia e a um sensível aumento de assalariamento do emprego urbano que se dá, no entanto, de forma bastante precária, uma vez que diminui ao longo da década o número de assalariados com carteira de trabalho assinada. Entre as mulheres, apenas 55% das assalariadas têm carteira assinada no Brasil.

A autora busca analisar esse período de "modernização da estrutura industrial brasileira" do ponto de vista da divisão sexual do trabalho, porque, segundo ela, se a classe operária tem dois sexos, a mudança tecnológica só pode ser entendida a partir de uma perspectiva de gênero.

Aqui fica claro, portanto, que a autora descarta uma perspectiva de classe para analisar a mudança tecnológica. Segundo a perspectiva de gênero, no nosso entender a autora não consegue dar resposta ao problema de por que a mulher continuou sendo discriminada no mercado de trabalho com a modernização da estrutura industrial. Isso se deve, justamente, por não ter adotado uma perspectiva de classe.

Para Alice Rangel, a idéia difundida nos anos 60 de que as novas tecnologias microeletrônicas, ao eliminarem trabalhos pesados e sujos, permitiriam uma maior igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho foi desmentida ao longo das décadas seguintes, diante da constatação irrefutável das diferenças que mantinham o fosso entre o trabalho qualificado dos homens e o trabalho desqualificado das mulheres.

Ela tem razão, mas a ótica pela qual devemos compreender esse processo é a da exploração do conjunto dos trabalhadores, porque as novas tecnologias servem aos interesses do capital e não para aliviar a exploração da classe. Elas eliminam trabalhos pesados e sujos, e com isso empregam mais mulheres, mas não interferem diretamente na desigualdade de gênero. A introdução de novas tecnologias obedece à lógica do capital de buscar reduzir custos e aumentar o rendimento do capital fixo. Por esse imperativo, elas não se tradu-





zem em aumento de salário para as mulheres, redução da jornada de trabalho, estabilidade no emprego e outras questões que poderiam contribuir para minimizar a desigualdade de gênero.

A própria Alice Rangel reconhece esse problema, lembrando que a feminização crescente da força de trabalho européia e americana no final do século XX não foi acompanhada da tão sonhada igualdade no emprego; os guetos ocupacionais masculinos e femininos foram de fato reforçados. Para ela, isso mostra que a utilização de mão-de-obra feminina não se explica por imperativos técnicos.

Se não é por imperativos técnicos, ou seja, a suposta capacidade da mulher para lidar com alta tecnologia, tampouco se explica por uma questão de gênero, porque a informatização, por exemplo, criou novos postos de trabalho para mulheres, sobretudo num gueto tradicionalmente feminino, como é o setor bancário. Assim, a mulher não ficou totalmente alijada da alta tecnologia e, no entanto, isso não trouxe maior igualdade para ela no mercado de trabalho. Se fosse por uma questão de gênero, isso não se explicaria, porque a mulher e o homem se igualam na maioria dos trabalhos. Prova disso é a própria Revolução Industrial, quando o advento da máquina a vapor levou à incorporação em massa da mulher nas fábricas. O capital confiscou a mão-de-obra feminina para fazer a máquina render mais; nas grandes concentrações fabris trabalhavam, lado a lado, homens e mulheres. Ela era superexplorada devido à dupla jornada e recebia salário inferior porque na família patriarcal o salário da mulher é visto como complementar ao do homem.

Além disso, Ricardo Antunes lembra que

> "na divisão sexual do trabalho operada pelo capital dentro do espaço fabril geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo (as de alta tecnologia) são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito freqüentemente, também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as)".[4]

Portanto, esses postos onde a exploração da mão-de-obra é maior não se destinam só às mulheres, mas também aos homens imigrantes e homens negros. Ou seja, aos setores mais oprimidos e "desqualificados" da classe trabalhadora.

O capital qualifica a classe trabalhadora de acordo com seus interesses e suas necessidades, a cada momento, não de acordo com os interesses do tra-

[4] Para mais informações sobre a mulher no mundo do trabalho, ler ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho.* 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

balhador. Este se desemprega conforme sua força de trabalho atenda ou não ao interesse do capital naquele momento, conforme o mercado o absorva ou o descarte. Uma mulher que procura emprego e é rejeitada depois que o empregador pergunta se ela pretende ter filhos, está sendo punida não propriamente por um problema de gênero. Este é apenas a face conjuntural de um problema estrutural. O empregador se aproveita do problema de gênero (ser mulher) para não dar-lhe o emprego (poderá ficar grávida) porque existe abundância de mão-de-obra. Se houvesse pleno emprego, uma plena demanda de mão-de-obra, dificilmente o problema de gênero seria empecilho para sua contratação. O que é trabalho "feminino" e "masculino" é definido a partir da necessidade do capital de auferir mais lucro. Ele utiliza a força de trabalho disponível, aproveitando inclusive suas diferenciações internas (entre sexo, idade, cor etc) para este ou aquele emprego, de forma a aumentar seu rendimento.

A opressão da mulher, do negro, do imigrante tem a ver, portanto, com uma lógica superior, que determina todas as demais: a necessidade do capital de reproduzir-se continuamente. O emprego de novas tecnologias servem aos interesses do capital nessa empreitada, e não para aliviar a exploração da classe trabalhadora de conjunto. Os trabalhadores não detêm o controle sobre seu uso, e quanto mais elas são empregadas, mais agravam a falta de controle que eles têm sobre sua própria força de trabalho. Por isso, aprofundam a exploração e a divisão sexual do trabalho.

Nesse mecanismo, os setores mais discriminados da classe trabalhadora, entre eles, as mulheres, sofrem graus especiais de exploração, de onde o capital tira um lucro extra. Se em alguns momentos faz adaptações na tecnologia empregada para que seja operada por mulheres, o faz no sentido de extrair mais lucratividade do capital fixo, descartando qualquer hipótese de reduzir a desigualdade entre os gêneros. É o que ocorre na Zona Franca de Manaus (norte do Brasil), por exemplo, que emprega mais de 30% de mulheres no setor de produção, e se assemelha às zonas francas industriais asiáticas e à do México, consideradas "indústrias maquiladoras". Como nessas outras zonas francas, na de Manaus predominam as atividades intensivas em mão-de-obra e, como informa a pesquisadora Edila Ferreira, são extremamente desgastantes da acuidade visual e equilíbrio motor. As indústrias empregam força de trabalho jovem, abundante, barata e não-especializada, recebem incentivos fiscais que incluem a isenção de impostos, instalam-se num local privilegiado, a 8 km do centro de Manaus, dispondo já de ruas asfaltadas, iluminação pública, sistema de água e esgoto, telefone e telex, enfim, toda a infra-estrutura necessária para a instalação da moderna tecnologia internacional. O setor privilegiado aí é o eletroeletrônico, com o maior número de empresas implantadas,





cuja mão-de-obra é 75% feminina e que, dentro da divisão internacional do trabalho, realizam a montagem final do produto com partes produzidas em outros países.

A pesquisadora Edila Ferreira entrevistou gerentes de empresas de Manaus. As respostas desses gerentes mostram: 1) como o capital se aproveita do problema de gênero para melhor explorar a mulher como força de trabalho; 2) como a opressão está a serviço da exploração; 3) como a opressão não existe em si mesma, deslocada do modo de produção e da divisão social em classes. Vejamos alguns desses depoimentos:

> "Damos preferência ao trabalho feminino por ser a mulher mais submissa e mais cativa; é mais fácil de se submeter à monotonia do trabalho de montagem do que o homem" (gerente de produção de indústria eletroeletrônica).

> "Homem nenhum se submete a um trabalho monótono e repetitivo deste, de passar o dia inteiro a soldar pequenas pontas de fios. Isto é um trabalho que só a paciência das mulheres permite fazer" (chefe de pessoal de indústria de televisores).

> "O trabalho é feminino porque é serviço manual. Para a mulher, é mais prático. Elas ficam naquele servicinho mesmo. Os homens procuram logo se tornar operador" (chefe de produção de fábrica de compensados).

Esses relatos comparam a mulher e o homem e mostram que, contraditoriamente ao que parece, o capital dá preferência ao homem e não à mulher como força de trabalho; aceita a mulher porque o homem está mais sob pressão (como disse um gerente: "Se eu tivesse trezentos homens em vez de mulheres, os problemas seriam bem maiores"). No entanto, do que se aproveita o capital é, sobretudo, da abundância de mão-de-obra disponível. Essa relação é que determina como, quando e em que grau o empregador dá preferência ao homem ou à mulher. Dá preferência a uma força de trabalho que seja submissa, independente do sexo. Isso tem a ver também com a correlação de forças entre as classes num determinado momento, que vai determinar se a força de trabalho está disposta a aceitar ou rejeitar o grau de exploração que é imposto. Esse é o determinante nas relações de produção, não as questões relativas às diferenças sexuais e de gênero. Em momentos de crise, o capital apela para o que de mais desqualificado existe na força de trabalho, porque o que tem a oferecer é um trabalho repetitivo, sem qualificação alguma, e precisa baixar o preço da mão-de-obra para compensar o que tem de retorno. A

partir dessa situação concreta surgem os estereótipos de gênero ou se aproveitam os estereótipos já existentes.

Ocorre o mesmo em relação à hierarquia salarial. No ramo de confecções, por exemplo, o corte da fazenda é a única função dentro da produção que é desempenhada por homens, justificada como uma tarefa pesada que necessita de firmeza nos movimentos. O salário pode ser até três vezes maior que o das mulheres. Enquanto as mulheres só podem atingir no máximo um salário e meio, aquelas consideradas profissionais, o cortador pode ultrapassar três salários mínimos. Cortar fazenda sempre foi uma tarefa historicamente feminina (diríamos, então, de gênero feminino), mas aqui não está sendo desvalorizada por isso. Pelo contrário. Passa a ser atribuída ao homem devido à carga de responsabilidade que exige, com a qual a mulher, supostamente, não poderia arcar. Nas indústrias de montagem de televisores de Manaus, a embalagem é uma atividade masculina e melhor remunerada (20% a mais que as outras), não só por exigir maior esforço físico, mas também por ser considerada um trabalho de maior responsabilidade. Em geral, os setores de ponta da economia tendem a absorver força de trabalho masculina, independente do gênero do trabalho, justamente porque se considera a mulher menos responsável. É o que ocorre, por exemplo, com a indústria têxtil, que tradicionalmente emprega maioria de mulheres, mas quando é o ramo de produção importante em um país, como no caso da Venezuela, emprega maioria de homens.

Em todos esses casos, o gênero da tarefa não foi levado em conta para baixar o salário, mas a sua importância na linha de produção. A mulher fica com as tarefas de menor importância, porque é considerada menos "responsável". Isso serve para aumentar a exploração do conjunto dos trabalhadores, baixando os custos da folha de pagamento.

A qualificação é outra construção social, definida de acordo com os interesses da burguesia e não da classe trabalhadora. Lembremos a afirmação de Marx de que o homem é versátil por natureza[5], e pode aprender e desenvolver uma infinidade de tarefas. O capitalismo, além de criar a subdivisão do trabalho, concede prêmios a especialidades parciais e unilaterais, e produz uma camada de trabalhadores não-qualificados, elevando a ausência de qualificação a um novo tipo de especialidade. Marx reconhecia que uma certa divisão de trabalho era necessária na sociedade industrial, mas não uma divisão em especialidades tão estreita e permanente que impedisse o desenvolvimento total do indivíduo.

A mulher genérica é versátil por natureza. No entanto, a sociedade de classes a conforma segundo os interesses do capital. Ser operadora de máquina, exercer as tarefas mais mecânicas e repetitivas, não assumir cargos que exijam decisão e responsabilidade, enfim, ser um trabalhador não-qualificado: essa é a especialidade da mulher no capitalismo. E isso se faz em nome do gênero, para que ela não abandone as tarefas de reprodução da mão-de-obra no lar, de onde o capital extrai uma parte de mais-valia; continue se ocupando das tarefas domésticas, com as quais supre as deficiências do Estado em relação aos serviços públicos, receba salários precários e sirva de mão-de-obra barata e descartável. Essas mazelas, que têm relação direta com o gênero feminino, não têm nele a sua explicação concreta. Isso tudo ocorre porque não existe pleno emprego para todos, e o capital precisa se administrar. Se aproveita desses dados culturais e os aprofunda na direção que lhe interessa, para pôr e dispor da mão-de-obra.

[5] *O capital*, vol. I.

## Maior dependência, maior opressão

Como toda questão cultural, a desigualdade entre os gêneros não é similar em todo o mundo. Nos países imperialistas é mais atenuada, porque a mulher fez mais conquistas. A França acaba de votar uma série de leis para reduzir a desigualdade de oportunidades para a mulher no mercado de trabalho, e a Inglaterra votou a remuneração do trabalho doméstico. Para que essas concessões fossem feitas, aprofundou-se a opressão e a exploração da mulher nos países dependentes.

Há mais desigualdade de gênero quanto mais dependente é o país e mais explorada a mulher. Quanto maior a exploração, maior a barbárie, e barbárie significa, para a mulher, violência e costumes religiosos retrógrados. Na África, costumes selvagens, como a mutilação do clitóris, sobrevivem sem grandes chances de abalo, mesmo com as furiosas campanhas feministas de denúncia. Nos países muçulmanos, como o Afeganistão, a Arábia Saudita, o Paquistão, as leis seculares do Corão estão em pleno vigor, e as mulheres sendo assassinadas a pedradas por seus maridos ou irmãos. A miséria espantosa em países como Bangladesh, por exemplo, impede à mulher até mesmo um direito natural, que é o de ser mãe, já que a fome a torna impotente para gerar filhos. Na China, com a restauração capitalista, as mulheres, que chegaram a ser as mais emancipadas do mundo, sofreram grandes derrotas. Hoje, no campo chinês, ocorre o maior número de suicídios de mulheres por enforcamento ou envenenamento do mundo. Com a volta do capitalismo também voltou um costume ancestral de seqüestro de mulheres para trabalharem como prostitutas. A restauração capitalista é o que explica a volta, em Cuba, da degradação feminina. A ilha voltou a ser como nos tempos de Batista, um paraíso para turistas estrangeiros se divertirem com as prostitutas, na maioria

jovens com diploma universitário, que não encontram emprego. Só a luta de classes explica esses fatos.

O desemprego crônico, que havia sido superado nos estados operários, agora se agrava a cada dia em todo o mundo. O emprego é crucial para a emancipação da mulher, ou para se traçar qualquer "política de gênero". O trabalho, a oportunidade de desfrutar de um emprego com direitos trabalhistas, um salário digno, creche e outros benefícios é fundamental para qualquer trabalhador, em especial para a mulher. É a pedra de toque para sua independência e sua liberdade, para que ela consiga minimizar a opressão, a violência e a miséria. Basta observar como no Afeganistão, talvez o caso mais extremo de atentado aos direitos da mulher, uma das primeiras proibições para elas por parte do governo Taleban foi ao trabalho.

O desemprego estrutural é um retrocesso na emancipação feminina. Uma mulher que trabalha, que pode alcançar certa independência, não é tão fácil de se submeter quanto uma mulher que permanece trancada em casa, encerrada no núcleo familiar, sem perspectivas de vida. Nos países pobres, uma mulher que encontre um emprego pode aumentar em muito seu grau de independência, de poder decisório, e ter acesso à educação, à formação profissional. A diferença, simplesmente, entre saber ler e escrever ou não, pode ser decisiva. Do ponto de vista da classe trabalhadora, uma mulher que trabalha é uma mulher que pode participar do sindicato e dos movimentos políticos, e pode se localizar no seio de sua classe. Isso significa um ganho para a classe trabalhadora. Se algo avançou no terreno dos direitos da mulher, isso se deve em grande parte ao fato de que elas se incorporaram cada vez mais ao mercado de trabalho.

Nos países dependentes, a entrada da mulher no mercado de trabalho não significa maior igualdade nem maiores direitos. O capital vem conseguindo transformar esse passo fundamental da mulher em direção à sua emancipação em uma forma de aprofundar a sua exploração. A maior parte das trabalhadoras que se incorporam ao mercado de trabalho o fazem em setores informais, precários, e são alvos fáceis da superexploração capitalista, acumulando o trabalho doméstico. As novas tecnologias aprofundam a divisão sexual do trabalho. Além disso, a opressão feminina torna-se ainda mais injusta quando se lembra que seu trabalho não é acessório ou complementar ao do homem, mas é imprescindível para a economia e a sobrevivência de milhões de famílias. Segundo a OIT, o trabalho das mulheres é a principal fonte de ingressos para 30% dos lares do mundo. Na Europa, 60% das trabalhadoras

[6] Organizadora do livro *Aguantando el tipo. Desigualdad social y discriminación salarial*, publicado em Barcelona, 1999.





aporta a metade ou mais dos ingressos do grupo familiar. Na Índia, 60 milhões de pessoas vivem em lares mantidos unicamente por mulheres. Na América Latina, metade de toda a produção agrícola sai de mãos femininas.

Portanto, garantir trabalho para a mulher é uma reivindicação fundamental para garantir a emancipação feminina. O direito ao trabalho remunerado é inalienável não só para os homens, mas também para as mulheres. A autonomia de uma pessoa é impossível se ela carece de ingressos próprios. Como diz Maria Jesús Benito[6], enfrentar o problema pela raiz implica enfrentar o fato de que obter um emprego é uma necessidade, não um desejo. A crítica ao princípio de igualdade de oportunidades deve necessariamente vir acompanhada de uma exigência, que toda mulher adulta sem emprego remunerado deve ser contabilizada nas estatísticas de desempregados e não declarada como dona de casa. É uma forma de encobrir o desemprego feminino, extremamente alto em todos os países.

Não é a desigualdade de gênero que explica isso. É a desigualdade de classe. A mulher não tem emprego porque não há emprego para a classe trabalhadora de conjunto. Num sistema baseado no sucateamento da classe trabalhadora, seus setores mais oprimidos são os mais afetados. Os estudos de gênero vêem aí o problema central. Referindo-se, por exemplo, à fome na África, mostram que apesar de a mulher ter um papel primordial na produção agrícola, produzindo 80% dos alimentos de base, recebe somente 10% do lucro gerado na agricultura e controla apenas 1% da terra. Trata-se, realmente, de uma disparidade. No entanto, não é uma situação que afeta apenas a mulher e tampouco a África. O homem trabalhador agrícola na África tampouco detém o controle da terra e de seus ingressos. Sua situação estará, talvez, um pouco melhor que a da mulher, mas não se pode afirmar que o homem trabalhador agrícola controla a terra e seus ingressos, e a mulher não. Quem controla toda a terra é o latifúndio, os grandes proprietários. Esse é o inimigo principal de mulheres e homens trabalhadores africanos. Se tomamos o caso dos trabalhadores agrícolas no Brasil, a situação não é muito diferente da África, e aqui tampouco se pode afirmar que os homens detêm o controle da terra e seus ingressos, e a mulher não. A divisão primordial, decisiva, se dá entre classes possuidoras e despossuídas, e não entre homens e mulheres despossuídos. Não se pode negar que haja um descompasso entre homens e mulheres da classe trabalhadora, e que a exploração se soma à opressão, sacrificando ainda mais a mulher. No entanto, aqui se trata de buscar o caminho para a solução de um problema que afeta a ambos, homens e mulheres trabalhadores, e esse caminho é o do enfrentamento com a burguesia, cujo programa inclui as bandeiras específicas da mulher, como legalização do aborto, salário igual para trabalho igual e outras.

No entanto, isso não significa que se a burguesia deixasse de se aproveitar dessas desigualdades, a situação da classe trabalhadora de conjunto estaria resolvida. Basta lembrar que na sociedade machista, patriarcal e branca em que vivemos, nem os homens conseguem emprego e melhores condições de vida, que dirá as mulheres, os negros, os homossexuais. Por isso, é um erro centrar a política nesse aspecto, exigir uma "política de gênero". Essas são reivindicações democráticas, que advêm de uma contradição estrutural da sociedade: o capitalismo não avança mais, as forças produtivas não se desenvolvem e, por isso, não há espaço para concessões democráticas. É o choque das forças produtivas com as relações de produção, que só pode ser resolvido pela revolução socialista, que liberará as forças produtivas para que a sociedade avance e as questões democráticas encontrem um caminho de resolução.

Cada vez que crescem os conflitos, que aumenta a opressão contra a mulher, isso estimula as mulheres a tomarem consciência de pertencerem a uma classe social definida, com interesses e princípios opostos à classe dominante, e não a tomarem consciência de pertencerem ao sexo feminino, ou ao gênero feminino. Cada vez que faz um aborto, a mulher trabalhadora se sente violando a lei, uma lei que não beneficia a ela, mas apenas à mulher burguesa. Cada vez que busca trabalho fixo e só encontra trabalho precário, ela objetivamente se sente identificada com a classe dos desempregados, e não a uma suposta consciência de pertencer ao gênero feminino. Os golpes contra a mulher a jogam contra o governo, contra a injustiça social, contra um modo de vida desumano. E não contra os homens de forma genérica. Por isso, é um crime o que fazem as ativistas que exigem a autonomia das mulheres, porque, em vez de desenvolverem a consciência da mulher trabalhadora contra o sistema, a desenvolvem contra os homens.

O fim do capitalismo e da divisão da sociedade em classes com certeza permitirá que a mulher desenvolva plenamente suas potencialidades latentes, já que terá o controle de sua força de trabalho e sua qualificação não visará a outro interesse que o seu e o do conjunto da humanidade. O fim da sociedade em classes poderá conformar a mulher como um ser histórico diferente, participante da produção social como qualquer trabalhador.

Para Alice Rangel, a explicação para a situação da mulher no mercado de trabalho passa pela articulação da problemática da divisão sexual do trabalho com a categoria gênero. Para nós, nenhuma explicação é possível se não se articula a problemática da divisão sexual do trabalho com a relação entre as classes. Para Maria de Jesús Izquierdo, a sociedade se estrutura em gêneros. Para o marxismo, ela se estrutura em classes sociais, e todos os problemas sociais têm um caráter de classe, porque se relacionam com a estrutura econômica da sociedade.





Opressão feminina é desemprego, é prostituição, é degradação, é violência, é morte por aborto sem assistência médica, é tristeza, frustração, dor. Tudo isso tem um nome: capitalismo. Nos estados operários, ele havia sido erradicado, e volta a aparecer, com a restauração capitalista.

## Tarefas domésticas: reprodução da força de trabalho

Outro aspecto fundamental da opressão/exploração da mulher é o trabalho doméstico. Ao contrário do que a sociedade propaga, o trabalho doméstico não é um problema da mulher; não é um problema individual, de "foro íntimo", como quer fazer crer o feminismo liberal. Tampouco é um problema privado, que começa e termina no seio da família. O trabalho doméstico é um problema do sistema capitalista de produção, uma vez que tem a ver com o processo de reprodução da força de trabalho. É no lar que essa reprodução se processa.

Em O capital, Marx demonstrou que a força de trabalho é uma mercadoria, a única que o trabalhador possui para vender ao capitalista. Por outro lado, é a única mercadoria que produz valor, já que o valor que ela produz (aquilo que o capitalista obtém com a venda de seus produtos) é sempre superior a seu próprio valor, o valor pago à mão-de-obra, o salário, entendido como o necessário para a sobrevivência do trabalhador. A diferença entre o valor produzido pela força de trabalho e seu próprio valor (o salário) é a mais-valia.

Do salário pago pelo capitalista para que a força de trabalho se reproduza, desconta-se o trabalho doméstico, aquele realizado no seio da própria família, em especial pela mulher, e pelo qual o capitalista não desembolsa nada. No lar, o trabalhador se alimenta, descansa e repõe suas energias para continuar trabalhando para o capitalista. Se o salário é o necessário para a sobrevivência do trabalhador, ou seja, para a reprodução da força de trabalho, o trabalho doméstico deveria fazer parte desse cálculo, e no entanto, não o faz. O capitalista explora a separação entre o processo de produção de mercadorias e o processo de reprodução da força de trabalho para, dessa forma, incrementar a extração de mais-valia.

Portanto, o capitalismo utiliza para a reprodução social uma instituição específica: a família. Assim como a escola se encarrega da educação, a justiça das leis, o exército da repressão, a família se encarrega da reprodução social. Na família patriarcal que, como mostrou Engels, aparece com a propriedade privada e as classes e foi adaptada pela burguesia de acordo com suas necessidades, também se assenta e se reproduz a divisão sexual do trabalho e as relações de poder dominantes no conjunto da sociedade burguesa.

Marx reconhece que a manutenção e reprodução da classe trabalhadora é e deve ser uma condição necessária do capital, mas não chegou a analisar de

forma detalhada os processos internos da família que geram a mercadoria "força de trabalho". A articulação entre o trabalho doméstico, como fonte de reprodução e procriação de força de trabalho, e a produção social mostra como o uso da força de trabalho feminina é um dos recursos para o capitalista expandir a extração de mais-valia absoluta.

> "O capitalismo não gerou o patriarcado, mas o utiliza e reforça, fazendo-o parte de sua própria dinâmica. O contrato de casamento assegura a dependência da mulher em relação ao homem e o Estado, por sua vez, controla a participação feminina no mundo do trabalho coletivo, reafirmando o papel doméstico e materno da mulher".[7]

> "O trabalho doméstico (fazer e determinar compras, cuidar e dirigir a educação de filhos, responsabilizar-se pela cozinha, limpeza da casa, roupas, organização do espaço doméstico etc) é basicamente uma atividade reprodutiva porque através dele a mulher cria valores de uso com os quais trabalhadores e herdeiros sobrevivem rotineiramente. (...) O trabalho doméstico está no cerne da opressão feminina e enquanto o casamento incluí-lo como um mecanismo, através do qual serviços são prestados gratuitamente e crianças geradas e criadas, tendo uma mulher como responsável, a opressão dessa, com ou sem propriedade, com ou sem a alternativa de um trabalho assalariado, parece inevitável."[8]

Muitos pesquisadores, entre eles Manuel Castells, que teorizou sobre a "era da informação", afirmam que na sociedade atual, com as novas tecnologias de informática, o patriarcado está chegando ao fim (La era de la información, vol. 2, cap. 4). Engels via isso no advento da indústria moderna. Ambos usam os mesmos argumentos para sustentar sua posição, ou seja, de que a entrada da mulher no mercado de trabalho a tornaria independente do homem e levaria ao fim da família patriarcal.

Isso não ocorreu. A família tornou-se o lugar de organização do controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva da mulher, exercido diretamente pelo marido e reafirmado pelo Estado e sua legislação sobre o casamento, a previdência social e outros mecanismos, incluindo os aparatos ideológicos, como a escola, a igreja, a justiça, os meios de comunicação. Em razão disso, por mais que a mulher ingresse no mercado de trabalho, o Estado ou o capital

7. JUNHO PENA, Maria Valéria. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.70.

8. Idem, p. 73.





continuam a exercer sobre ela uma autoridade patriarcal, impedindo-a de abandonar as tarefas domésticas e controlando a sua sexualidade.

O trabalho doméstico, embora seja parte do capitalismo, ocorre fora das relações capitalistas de produção e não produz mercadorias, como fazia nos finais do século XIX e início do XX, quando a família era uma unidade de produção. Em seu seio eram produzidos os alimentos (conservas etc.), as roupas, os remédios, que tinham apenas valor de uso. Hoje, grande parte dessas mercadorias são produzidas fora do seio da família, mas a família de trabalhadores continua produzindo valores de uso que fazem parte substancial da cesta de consumo familiar e têm relação direta com a reprodução da força de trabalho. Como lembra Junho Pena, o capital faz o putting of, ou seja, transfere para a família (em especial, para a mulher) parte do processo de produção. Assim, reduz o custo de reprodução do trabalhador masculino e de sua força de trabalho, permitindo que seu valor seja apropriado pelo capital. Além disso, o patriarcado, ao tornar o trabalho doméstico absorvente das energias e do tempo disponível da mulher, permite que a negociação da força de trabalho feminina se faça abaixo de seu valor.

Por isso, é difícil que o trabalho doméstico possa deixar de existir sob o capitalismo, já que é o espaço de degradação da força de trabalho feminina e, por extensão, de todo o trabalho. A degradação do trabalho no século XX corresponde à homogeneização desqualificada do trabalhador(a). Essa é a contradição principal, sobre a qual ocorre outra discriminação: a força de trabalho feminina vale menos que a masculina. "Desde o final do século passado, as mulheres tornaram-se o principal reservatório de mão-de-obra barata, o que representa o movimento ascensional das ocupações mal pagas, domésticas e suplementares."[9]

É o que explica, enfim, a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho como ocorreu com o advento da indústria moderna e como vem ocorrendo hoje, com a globalização da economia: o capital precisa de mão-de-obra barata, flexível e sem qualificação, apelando, assim, para a força de trabalho feminina e, em conseqüência, degradando a trabalhadora de conjunto.

Contudo, como toda instituição, a família tem uma relativa autonomia em relação ao modo de produção dominante na sociedade, chegando inclusive a entrar em choque com ele.

> "Assim, por exemplo, a necessidade de 'descongelar' mão-de-obra feminina depois da Segunda Guerra Mundial criou contradições no

9. Idem, p. 80.

10. ALCAZAR, Ester. *Boletin de Aportaciones II.* Espanha: PRT, maio 1996, p.11.

> funcionamento institucional da família, gerou lutas e arrancou conquistas sociais do chamado Estado de Bem-estar Social. Assim, na medida em que o trabalho doméstico permite ao capital extrair uma maior quantidade de mais-valia, essas conquistas sociais que obrigam o Estado a assumir uma série de obrigações antes reservadas ao lar, levam a considerá-las salário indireto: 'recuperam' uma parte da mais-valia extraída e 'pagam' em forma social uma parte do trabalho realizado no lar, reduzindo-o."[10]

A incorporação da mulher ao mundo da produção capitalista provocou mudanças no núcleo familiar e no seu tempo de dedicação ao trabalho doméstico. Ela passou a ter uma dupla jornada de trabalho, porque, apesar de o Estado ter arcado com uma parte dos serviços antes restritos ao âmbito doméstico, a mulher jamais pôde livrar-se totalmente dessa responsabilidade. O descongelamento da mão-de-obra feminina, apesar de ter sido uma medida temporária e conjuntural, depois se converteu em um direito ao trabalho sob o impulso da luta de classes.

## Dupla jornada, dupla alienação

É preciso lembrar que o trabalho doméstico não é apenas a combinação de tarefas necessárias para a reprodução diária da força de trabalho, para satisfazer as necessidades físicas e psicológicas dos trabalhadores. No âmbito da família busca-se a reconstrução de uma relação entre produção e reprodução que faça sentido para as pessoas. Espera-se que a relação alienada que estrutura o sistema de produção capitalista e que se reproduz no sistema social vigente encontre no seio da família a sua superação; imprime-se à instituição familiar a missão de absorver os conflitos advindos das relações de produção dominantes.

No entanto, o que ocorre dentro da família é a reprodução dessas relações e até mesmo o seu agravamento. O trabalho doméstico agrava o processo de alienação vivenciado pela mulher no mercado de trabalho e no conjunto das relações sociais. Além de embrutecê-la, porque toma-lhe o tempo ao aprimoramento intelectual e artístico, à participação política e social, a separa da produção material do conjunto da sociedade ou reserva-lhe um lugar subalterno.

Sendo assim, a questão da alienação da mulher em casa e no trabalho é um aspecto fundamental de sua opressão. Quando tratou do problema da propriedade privada e do trabalho alienado, Marx citou a mulher em apenas um aspecto: sua relação com o homem:

> "Na relação com a mulher como a presa e a criada da luxúria comunitária está expressa a degradação infinita em que o ser humano existe para si mesmo, pois o segredo desta relação tem a sua expressão





> inequívoca, decidida, manifesta, desvelada, na relação do homem com a mulher e no modo como é tomada a relação natural, imediata do gênero. A relação imediata, natural, necessária do ser humano com o ser humano é a relação do homem com a mulher (...) a relação do homem com a mulher é a relação mais natural do ser humano com o ser humano. Nela se mostra portanto até que ponto a essência humana se lhe tornou essência natural, até que ponto a sua natureza humana se lhe tornou natureza." [11]

Neste trecho de O capital, Marx não se preocupou em analisar a mulher como ser oprimido e igualmente alienado. Contudo, é preciso verificar que a relação do homem com a mulher no capitalismo se dá entre dois seres alienados. Ele toma a mulher como propriedade, como mercadoria, como serva, e ela o toma como seu patrão, seu dono. Enquanto dona de casa, ela não é dona de mais nada. Decai a uma mercadoria, a mais miserável das mercadorias, já que sua miséria está na razão inversa do peso de seu trabalho. Ela retorna à sua condição inicial de escrava, e o escravo é a mercadoria por excelência. Seu trabalho é o trabalho alienado em si mesmo, já que nem mercadorias produz. Seu resultado não é concretizado em coisas palpáveis que possam se contrapor à mulher enquanto trabalhadora doméstica. Ela se anula em objetos não-visíveis. É trabalho que se esvai em trabalho. Se a alienação vem com a separação do homem do produto de seu trabalho, um trabalho que não gera produto (como é o caso do trabalho doméstico) só gera trabalho, é um trabalho contínuo, sem fim.

A mulher vê o homem como aquele que a submete a isso, a essa condição brutal. Ela trabalha para que ele produza mercadorias, ou seja, para que o trabalho de outrem se efetive, se fixe em um objeto. Como diz Marx, a realização efetiva do trabalho é a sua objetivação, sua coisificação. O trabalho da mulher em casa, então, não se objetiva em nada, portanto, nem mesmo se realizaria efetivamente enquanto trabalho. Entretanto, não existe um trabalho que não se efetive em nada. Sendo assim, o trabalho da mulher só pode se efetivar no trabalho do homem, no produto que ele cria; por isso ela é duplamente alienada. Se no caso dele, o objeto que o seu trabalho produz "se lhe defronta como um ser alheio, um poder independente", no caso dela, esse ser é mais alheio ainda: alheio a ele, em primeiro lugar, e só depois, alheio a ela. Entre ela e o produto de seu trabalho (aquele que o homem produz) há, portanto, um intermediário, o homem. É, assim, duplamente exterior a ela. Uma vez exterior a ele, e duas vezes exterior a ela.

[11]. *O capital*, vol. 1.

Como toda instituição, a família sofre os reflexos da luta de classes e também incide sobre ela. No entanto, tem autonomia limitada e é uma peça do sistema capitalista; é a estrutura essencial da divisão sexual do trabalho. Como as outras instituições, entre elas a escola e a justiça, a família não tem por si só o poder de transformar a sociedade. Pelo contrário, para que surja um novo tipo de família, que rompa com a divisão sexual imposta e emancipe a mulher, é preciso mudar o sistema de conjunto. Nenhum processo é mecânico e, assim como o patriarcado sobreviveu mediante a adaptação a diferentes modelos familiares, o processo consciente de combatê-lo faz parte da luta da mulher por sua emancipação e dessa luta pode surgir um modelo alternativo de família que elimine a opressão feminina.

## Globalização da economia, globalização da opressão

A dupla condição da mulher - de reprodutora do capital e de força de trabalho - é agravada com o neoliberalismo, a globalização da economia e a reestruturação produtiva. Tradicionalmente, a mão-de-obra feminina pertence ao exército industrial de reserva. O capitalismo lança mão dela em determinados períodos, sobretudo quando necessita de maior produção. Foi assim durante as duas guerras mundiais, quando a mulher ocupou os postos de trabalho deixados pelos homens, que foram para o front, e depois, com o fim da guerra, engrossou outro exército, o de demitidos. Nos EUA, quando 11 milhões de soldados retornaram do campo de batalha no final da guerra, em 1945, encontraram 18 milhões de mulheres ocupando seus postos de trabalho. Num processo rápido, de apenas dois anos, quase todas já haviam sido desmobilizadas.

A globalização econômica, tendência que teve início nos anos 70, é uma resposta a uma situação de crise do capitalismo, e não de fortalecimento. Portanto, é uma situação de instabilidade, de aumento da concorrência e dos atritos entre os países imperialistas, devido à abertura dos mercados e das fronteiras. Leva à superexploração da classe trabalhadora, agravada, claro, para seus setores mais oprimidos e já superexplorados, como as mulheres, os jovens e os considerados idosos dos países periféricos. Nos países imperialistas, acrescente-se a esses os grandes contingentes de imigrantes.

A primeira conseqüência para a classe trabalhadora é o desemprego estrutural, o desaparecimento de milhares de postos de trabalho (estima-se em um bilhão de desempregados no mundo todo hoje, cerca de um terço da força de trabalho). Por outro lado, há uma ampliação do setor de serviços, setor de terceirizados e trabalhadores informais e temporários, sem vínculos empregatícios definidos.





Por outro lado, o avanço dos planos neoliberais teve outros reflexos na vida dos trabalhadores, como o rebaixamento dos salários diretos e o corte dos salários indiretos, com os ataques ao Estado de Bem-estar Social, cortes de investimentos em educação, saúde e previdência.

Acreditar que as novas formas de organização do trabalho, como horários flexíveis e contratos precários, favorecem a incorporação da mulher ao mercado de trabalho é um equívoco. A mulher trabalhadora, juntamente com o restante de sua classe, padece ainda mais com as novas formas de organização da produção. Se, por um lado, é certo que há mais mulheres na PEA (População Economicamente Ativa, que engloba os trabalhadores empregados e os desempregados), são mais mulheres que saem em busca de emprego e não mais mulheres empregadas.

O que empurra essas mulheres à busca de trabalho é a própria situação de penúria da família trabalhadora. Por um lado, a necessidade de aumentar o salário familiar, totalmente arrochado; por outro, o próprio desemprego do marido. Assim, há uma espécie de "troca de papéis" entre o homem e a mulher, mas uma "troca" que não fomenta a igualdade, e sim reforça os papéis tradicionais, já que vem no bojo de uma experiência negativa advinda das privações econômicas.

As mulheres não escolheram trocar seus papéis, mas foram obrigadas pelas circunstâncias. Ela vive uma pressão cada vez maior, já que tem de buscar aumentar os ingressos familiares diante da alta do custo de vida, substituindo com seu próprio trabalho remunerado os bens e serviços que antes costumava comprar, sentindo-se responsável pelo bem-estar emocional de toda a família, na qual, com o desemprego masculino, todas as tensões ficam agravadas. Isso não faz com que elas se sintam "mais emancipadas" - cabeças de família -, menos ainda com filhos a seu encargo. Elas se sentem mais escravizadas ainda.

Estão equivocados aqueles que querem deduzir mecanicamente do incremento da atividade feminina um avanço na emancipação de amplas camadas de mulheres ao "equipararem-se" com os homens. Pelo contrário, nas circunstâncias atuais, se convertem em reforço dos papéis tradicionais; apesar da mulher trabalhar tanto quanto o homem, quem continua definindo o rumo da família é o homem.

A partir dos anos 80, a crise no setor industrial levou a uma perda de postos de trabalho para homens e também para mulheres, uma vez que atingiu setores que costumam empregar mulheres, como a indústria têxtil. No entanto, paralelamente, houve um crescimento de postos de trabalho ocupados por mulheres porque se dinamizou o setor de serviços, em grande parte "feminino", enquanto se destruía empregos em todos os demais setores, sobretudo na indústria.

Para Ricardo Antunes, com a reestruturação produtiva há uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado. Sempre no marco de uma redução geral do número de postos de trabalho para ambos, homens e mulheres, tem havido uma maior requisição de mão-de-obra feminina para ocupar justamente esse tipo de trabalho. Antunes cita um dado da pesquisadora Helena Hirata, de que 20% das mulheres no Japão, em 1980, trabalhavam em tempo parcial, em condições precárias.

> "Se as estatísticas oficiais contavam 2.560 milhões de assalariadas em tempo parcial em 1980, três anos depois a Revista Economisto, de Tóquio, estimava em 5 milhões o conjunto das assalariadas trabalhando em tempo parcial." [12]

Essa mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, em trabalhos "domésticos" subordinados ao capital. Antunes cita o exemplo da fábrica Benetton e diz que na Itália aproximadamente um milhão de postos de trabalho, criados nos anos 80, majoritariamente no setor de serviços, mas com repercussões também nas fábricas, foram ocupados por mulheres. Do volume de empregos em tempo parcial gerados na França entre 1982 e 1986, mais de 80% foram preenchidos pela força de trabalho feminina. Na Espanha, em 1980, 55% das mulheres já trabalhava no setor de serviços, sobretudo em informática. Essa "feminização" esteve acompanhada de um incremento da precarização, com 16% de contratos por tempo parcial nesse setor. A média européia de trabalho em tempo parcial está em 28% para as mulheres e 3% para os homens.

A pesquisadora espanhola Lourdes Benería, no estudo La globalización de la economía y el trabajo de las mujeres, afirma que a globalização e o conseqüente investimento multinacional pode inclusive ter o poder de

> "criar uma nova força de trabalho feminina tal como ocorreu em alguns países como Irlanda, a Ilha Maurício e Bangladesh, três países inicialmente com uma taxa oficial de atividade feminina relativamente baixa. Ela diz que na Irlanda o investimento multinacional começou durante os anos 60 e se acelerou em 70, fazendo com que no final dos anos 80 funcionassem no país cerca de 850 empresas multinacionais com mais de 80 mil postos de trabalho, ocupados majoritariamente por mulheres, apesar da política explícita do governo de incentivar o emprego de mão-de-obra masculina". [13]

[12] ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Campinas: Cortez, 1995.





As empresas estrangeiras demonstraram preferência por uma força de trabalho barata, jovem e sem experiência anterior, requisitos se que encontravam sobretudo entre as mulheres. No caso de Bangladesh e Ilha Maurício, ela lembra que são países com uma alta proporção de população islâmica e, portanto, com uma atitude tradicional rígida contra a participação da mulher em trabalhos remunerados. Mesmo assim, a chegada do capital multinacional, como resultado do esforço do governo para atrair investimento estrangeiro, produziu uma nova força de trabalho feminina. O que mostra, por outro lado, que não há barreiras para o capital, e que as questões culturais são subordinadas aos interesses capitalistas. Em Bangladesh, o governo chegou a proporcionar transporte público para as mulheres que viajavam sozinhas e proteção especial para aquelas que iam a pé para o trabalho. Também facilitou o emprego de mulheres no setor público, contribuindo para criar uma nova mentalidade em relação a normas de conduta e aceitação das mulheres na vida social.

Isso mostra que o investimento capitalista veio apelando para os países periféricos, em busca de isenções fiscais e mão-de-obra mais barata e abundante. Nesses países, o capitalismo beneficiou-se do exército industrial de reserva constituído pelas mulheres.

## Mão-de-obra precária e flexível

O estudo das pesquisadoras Sylvia Walby e Jane Jenson, Flexibilização para quem?, também mostra que as relações de produção com a globalização reforçam as desigualdades entre homens e mulheres, e não a igualdade.

> "Nas indústrias automatizadas e flexíveis observa-se não um processo de desqualificação, mas uma redefinição das qualificações de seus trabalhadores. Em grande parte, o núcleo fixo dos empregados dessas empresas passa a realizar uma seqüência de tarefas, desde o preparo da máquina até a sua manutenção, que até então era dividida entre diversos trabalhadores."

Surgem, portanto, trabalhadores polivalentes ou multifuncionais, capazes de passar de um trabalho a outro rapidamente, permitindo à empresa adequar a produção à variação das demandas do mercado. Essa requalificação atinge

[13] Revista *Mientras Tanto*, Espanha, 1992.

quase exclusivamente o núcleo fixo. Todos os demais funcionários, ou os empregados das empresas prestadoras de serviço, as terceirizadas, trabalho part time, formam um contingente de mão-de-obra não-qualificada. Assim, como os núcleos fixos são cada vez mais reduzidos, ou seja, empregam cada vez menos trabalhadores, a contrapartida é um crescimento do número de trabalhadores não-qualificados e um aumento do desemprego.

Esses trabalhadores precários, não-qualificados, que não fazem parte dos núcleos fixos são, na maior parte, mulheres. Assim, não estaria ocorrendo um processo de feminização do mercado, e sim uma diferenciação no emprego de homens e mulheres. Segundo o estudo, há uma tendência a se equacionar os trabalhadores do núcleo como homens e os periféricos como mulheres: a "remoção das demarcações entre os postos de trabalho alcançada com a flexibilidade funcional acentua as demarcações que separam trabalhos típicos de cada um dos sexos". Sílvia Walby lembra que velhas formas de patriarcalismo foram substituídas por novas:

> "O abismo entre os salários do homem e da mulher não foi superado. O emprego não está menos segregado por sexo. Com o trabalho assalariado de meio turno da mulher, os homens não perderam suas trabalhadoras domésticas individuais, enquanto os empregadores ganharam trabalho barato."

A flexibilização atinge de forma diferenciada homens e mulheres justamente devido à qualificação, um conceito socialmente construído e reproduzido pelo capitalismo. Os trabalhadores flexíveis são, na maioria, homens.

> "A mulher na indústria geralmente é operadora de máquina, enquanto o homem é quem a desenha, faz a sua manutenção e preparação. Freqüentemente, o que o homem faz é considerado qualificado e o que a mulher faz é um talento natural. Para uma operadora sempre tem alguém que deve saber mais que ela sobre a tecnologia da máquina na qual ela está trabalhando. E esse alguém é quase sempre um homem."

Jane Janson aponta três razões básicas para a mulher ter com a máquina relações diferentes das do homem:

> "o desenho da máquina, que é pensada para homens, conformando-a dentro da divisão sexual do trabalho; a postura do administrador que faz as contratações e define o que seja trabalho feminino e masculino; e a concepção que os próprios homens e mulheres têm do que seja próprio do trabalho de cada gênero".





## Trabalho terceirizado, volta ao lar

A globalização econômica ressuscitou também antigas formas de exploração da mão-de-obra feminina: o trabalho terceirizado e o trabalho em domicílio. Como lembrou a revista Veja, em uma edição especial dedicada à "emancipação das mulheres" no mundo moderno,

> "o grande receio dos empresários em contratar profissionais femininas - o de que, após um maciço investimento da empresa, elas possam decidir dedicar-se à família e aos filhos- tende a diminuir com a terceirização do trabalho".

Os empresários estão constatando que trabalhando em casa a mulher tem um rendimento maior. E eles não precisam instalar ou pagar creches, auxílio-maternidade e outros direitos. Para os funcionários efetivos, direitos mínimos como esses também vêm sendo ameaçados. O direito à licença-maternidade de quatro meses, tempo considerado suficiente para a mulher amamentar pela Constituição de 1988 no Brasil, vem sendo minado aos poucos não tanto pela ganância dos empresários, mas sobretudo por algo mais estrutural, ou seja, a crise econômica e o medo da mulher de ficar todo esse tempo fora da empresa e na volta não encontrar mais seu emprego.

Tudo isso nos permite concluir que:

- a eliminação de postos de trabalho atinge por igual homens, mulheres e jovens que procuram seu primeiro emprego; no entanto, as desigualdades entre homens e mulheres ficam agravadas;

- o trabalho precário vem sendo ocupado por ambos. No entanto, os núcleos fixos, não. Para eles, o homem tem mais chance numa época em que a escravização é maior. A ideologia dominante impõe salários mais baixos à mulher, menos treinamento, menos capacidade decisória, menos intimidade com a máquina e a tecnologia em geral, mais compromissos e preocupações domésticas. Há desigualdade na contratação;

- a segregação ocupacional reserva mais à mulher do que ao homem os trabalhos secundários, periféricos. Apesar da reestruturação na produção representar um ataque global ao conjunto dos trabalhadores, ela atinge de forma diferenciada homens e mulheres, e recoloca em novos patamares a divisão sexual do trabalho.

## Segregação ocupacional e desigualdade salarial

Outra questão fundamental para se analisar a situação da mulher no mercado de trabalho é a desigualdade salarial. Apesar de em nenhum país do

mundo, em princípio, se permitir a desigualdade salarial entre homens e mulheres para cargos iguais, isso é largamente praticado. As empresas usam e abusam de subterfúgios e criam trabalhos "femininos" e "masculinos". Essa segregação ocupacional dá lugar à disparidade típica entre salários também "femininos" e "masculinos", embora os trabalhos considerados de mulheres e de homens sejam distintos de país para país. "Por exemplo, nos países mais industrializados ocidentais o trabalho de escritório é predominantemente feminino e o trabalho agrícola predominantemente masculino, enquanto em muitos países africanos é o contrário", diz Lourdes Benería.[14]

Ela lembra que esse fenômeno reforça o argumento de que a divisão sexual do trabalho é uma construção social e não o resultado de características "naturais" de homens e mulheres. Outro fator que comprova isso é o fato da segmentação sexual do mercado depender da importância desde ou daquele setor da economia em cada país. Na Venezuela, por exemplo, a indústria têxtil é a terceira mais importante do país e, por isso, ocupa mais homens e não mulheres, como era de se esperar.

A trabalhadora brasileira hoje ganha em média 43% menos do que o homem (França: 30%; Alemanha: 26%). Um estudo desenvolvido pela cientista política Sonia de Avelar, citado pela revista Veja, mostra que quanto mais "feminina" a ocupação, mais mal remuneradas são as mulheres em relação aos homens. Uma profissão com menor porcentagem de mulheres, a engenharia mecânica, por exemplo, onde apenas 3,6% da mão-de-obra é feminina, é uma das que têm remuneração mais igualitária. A menos igualitária é a nutrição.

A redução dos postos de trabalho estáveis, e sua substituição por postos flexíveis, que pagam menos, provoca um rebaixamento geral da massa salarial. Numa situação como essa, a ideologia de que a mulher pode ganhar menos porque seu salário apenas complementa o do homem serve como uma luva. O capitalismo explora a situação com oferta de empregos que tornem "compatíveis" ambas as tarefas (no lar e na empresa) e que, por definição, serão "parciais" uma vez que o trabalho doméstico não se abandona. A mulher, portanto, é por definição mão-de-obra barata e flexível. Por meio desse mecanismo, o sistema aplica, de fato, a redução de horas de trabalho com redução de salário.

## O mito das "qualidades femininas"

Uma segunda explicação para o emprego feminino tem a ver com as características que se procura atribuir à mulher como forma de justificar sua superexploração. Isso não é novo. Já nos idos de 1890, August Bebel lembrava que para manter a família, até a mulher casada se via obrigada a trabalhar. E cita o caso de um fabricante que empregava exclusivamente mulheres em oficinas mecânicas têxteis, preferindo as "casadas", e entre elas, as que tinham família que "depende delas para sua subsistência", porque são mais assíduas e mais aptas para instruir-se que as jovens, e estão mais "forçadas a concentrar todas as suas forças no trabalho" para ganhar os meios indispensáveis de existência.

> "Desse modo, as qualidades e virtudes próprias do caráter da mulher se voltam contra ela, e tudo o que existe em sua natureza de moral e delicado se transforma em meio para convertê-la em escrava e fazê-la sofrer."[15]

Essa história de que a mulher é mais "séria" para trabalhar já foi inúmeras vezes, desde que Bebel escreveu seu livro até hoje, substituída por seu oposto, a de que ela é "menos séria" para trabalhar, quando o capitalista necessita demitir pessoal. Hoje, o que temos visto é que a ideologia em vigor na época de Bebel vem se repetindo. A revista Veja, porta-voz da burguesia nacional, dedicou um número especial à mulher em setembro de 1994 para vender a imagem de que as tais "características" femininas são um símbolo da "independência feminina" e justificariam uma maior preferência dos empresários por contratar mulheres:

> "a mulher é mais autoritária que o homem; não briga por salário; utiliza pouco as palavras dinheiro e poder; sente que tem de trabalhar o dobro para ser respeitada como os homens; acredita que assédio sexual só ocorre se a mulher der abertura; mulher demitida esperneia mas agüenta, homem desmonta; exerce liderança de bastidor, articula solitariamente; traz o know-how de casa, onde resolve conflitos familiares: 'deixa que eu falo com o papai'".

Essas características "femininas" são apregoadas como se fossem o máximo do avanço e da modernidade, símbolo de independência da mulher e de valorização do sexo feminino. Na verdade, nem tudo é tão cor-de-rosa. São "qualidades" e atributos utilizados, sobretudo, pelo capital para que a mulher funcione como correia de transmissão dos seus interesses no processo produtivo. Ao capital não interessa funcionários verdadeiramente independentes e emancipados. Nesta fase da reestruturação produtiva, quer funcionários que resolvam seus problemas e que não criem outros. "Promovemos cada vez

[14] Idem.

[1] BEBEL, August. *La mujer en el pasado, en el presente, en el porvenir. México: Fontamara, 1980.*

mais mulheres não porque é politicamente correto, mas porque faz sentido empresarial", diz Paul Allaire, presidente da Xerox, que tem 30% de funcionárias mulheres.

Lourdes Benería cita em Mientras tanto o resultado de estudos que analisaram as respostas das empresas a respeito das "qualidades" femininas:

a) Fatores que facilitam o controle da força de trabalho: alguns deles já são típicos, como a maior submissão, docilidade e capacidade de obedecer ordens. Isso as torna preferíveis também do ponto de vista da organização trabalhista; as mulheres participam menos nas atividades sindicais devido a uma série de fatores que oscilam entre o controle masculino dos sindicatos e as obrigações domésticas que dificultam sua participação.

b) Fatores relacionados à produtividade, como os que ressaltam a maior destreza da mulher, sobretudo na produção de objetos diminutos (placas de computadores, por exemplo) ou que requerem cuidado e paciência. A disciplina também é ressaltada.

c) Fatores que destacam a flexibilidade no trabalho da mão-de-obra feminina, sobretudo das mulheres jovens, no sentido de aceitar contratos de trabalho por curto prazo ou não renováveis e trabalho por tempo parcial e instável. Isto permite não só evitar problemas de demissão e de saúde - especialmente nos casos de problemas relacionados com a contaminação, cansaço ou desgaste físico e mental - como também evitar a acumulação de benefícios trabalhistas.

Essa flexibilidade permite uma adaptação máxima da oferta de trabalho às oscilações e exigências da produção e constitui um estímulo para a transnacionalização, já que permite burlar as leis trabalhistas mais rígidas de muitos países. Agrava a exploração da classe trabalhadora de conjunto, aprofunda a divisão sexual e também racial do trabalho, reservando à mulher e em especial à mulher negra os piores postos e, assim, amplia ainda mais a desigualdade entre homens e mulheres. Resultado: a opressão sobre a mulher se agrava, e sua emancipação fica cada vez mais distante.

## ALCA: mais uma ameaça à emancipação feminina

Neste início de milênio, a mulher trabalhadora dos países da América Latina está diante de uma nova ameaça, desta vez mais grave e decisiva que as anteriores: a implantação da Alca (Acordo de Livre Comércio das Américas) em 2005. E sua situação não está das melhores para enfrentar essa verdadeira guerra que se aproxima. Como um projeto anexionista das economias nacionais das Américas aos Estados Unidos e ao serviço dos interesses das grandes corporações multinacionais, a Alca provocará impactos profundos na condição, já fragilizada e precária, da mulher trabalhadora latino-americana.





A emancipação da mulher, a redução ou mesmo o fim de sua carga de opressão e marginalização na sociedade dependem substancialmente das suas condições de vida. A garantia do emprego, a igualdade salarial, a estabilidade no trabalho, o acesso a serviços públicos de qualidade que aliviem o peso das tarefas domésticas são condição essencial para garantir uma dose maior de emancipação para a mulher.

No entanto, não é isso que a Alca promete trazer a ela. Pelo contrário. Significará o aprofundamento do modelo neoliberal e da exploração-colonização das economias latino-americanas, o que só poderá aprofundar ainda mais a divisão sexual do trabalho, a opressão-mercantilização da mulher e a desigualdade.

Seguindo o modelo do Nafta, que tornou o México uma das economias mais dependentes dos EUA na atualidade, a Alca atingirá a mulher trabalhadora nos seus pontos nevrálgicos:

a)Trabalho. Com a implantação da Alca não existirão mais fronteiras para o capital nas Américas a partir da abolição das tarifas aduaneiras. As tarifas aduaneiras são a forma de um país defender sua produção da concorrência estrangeira. Assim, um produto importado paga tarifas para entrar no país, o que o torna mais caro que o produto nacional. Com o fim das tarifas, um produto importado dos EUA poderá ser vendido aqui pelo mesmo preço de seu país de origem, prejudicando a produção nacional. Já vimos isso ocorrer com a aplicação dos planos neoliberais e a redução das tarifas para produtos importados, o que levou à falência inúmeras fábricas. A Alca será a institucionalização desse processo. As tarifas não serão reduzidas, mas diretamente eliminadas, representando um duro golpe à indústria nacional e, portanto, à oferta de empregos. A previsão é a de que aumentará o índice de desemprego estrutural (eliminação direta de postos de trabalho) em 30 ou 40%. Com uma redução dessa ordem, toda a classe trabalhadora será atingida, mas para os setores mais precários, como as mulheres e os jovens, a situação ficará ainda mais dramática.

b)Salário e os direitos trabalhistas. Se hoje a mulher já recebe um salário 30% em média mais baixo que o do homem, com a Alca essa desigualdade se aprofundará. As grandes transnacionais transferirão suas unidades para os países onde os salários sejam mais baixos e onde haja menos conquistas e direitos trabalhistas. Isso levará a um arrocho salarial nunca visto antes, além de um corte substancial nos já poucos direitos trabalhistas do conjunto da classe trabalhadora. Para as mulheres, isso poderá significar o fim da licença-maternidade, que já vem sendo duramente ameaçado, e o direito a creche no local de trabalho, uma conquista feita a duras penas pelas mulheres brasileiras e que já dificilmente é cumprida pelas empresas.

c)Serviços públicos. A Alca prevê a privatização completa da Educação e da Saúde, com gravíssimas conseqüências para a mulher trabalhadora e pobre, que depende desses serviços. O acesso à escola, para si e para seus filhos, o atendimento hospitalar, o atendimento específico à saúde da mulher (como pré-natal e exames de prevenção de câncer de mama e colo de útero, entre outros), o saneamento básico, moradia digna, iluminação pública, segurança, justiça, ficarão ainda mais difíceis. Tudo isso vai significar um aprofundamento da opressão contra a mulher, já que tornará o trabalho doméstico ainda mais pesado e difícil. A mulher será mais solicitada dentro de casa, sendo pressionada a ficar mais tempo no lar, mesmo com a necessidade cada vez maior de encontrar trabalho fora de casa.

d) Violência doméstica e sexual. O fim da soberania nacional e a volta do país, de fato, à condição de colônia, terá também como resultado um aumento dos níveis de violência, já agravados com o desemprego e a miséria. A violência significa para a mulher uma ferida aberta que se aprofunda e a degrada a cada dia.

A violência doméstica já se tornou o principal problema das mulheres latino-americanas. 25% delas já sofreram algum tipo de violência em casa. No Brasil, a cada 4 minutos um mulher é agredida em seu próprio lar pelo pai, marido, irmão ou companheiro. Os números mostram que 70% das agressões ocorrem dentro de casa, e que o agressor é o próprio marido ou companheiro.

Mais de 40% das agressões resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos. Um em cada 5 dias de trabalho perdidos pelas mulheres decorre de algum problema de saúde causado por violência. Relatório do Unicef mostra uma relação direta entre a situação econômica da mulher e a violência. As que ganham menos, apanham mais. As que não têm renda própria são as maiores vítimas.

Porém, não é só a violência doméstica que preocupa. A violência sexual também. O aumento dos casos de Aids entre as mulheres é uma prova cabal do machismo que nenhum governo burguês enfrenta. No Brasil e em outros países da América Latina e Caribe, a prostituição infantil é prática comum, com o turismo sexual generalizado, que expõe mulheres e crianças a todo tipo de agressão e doenças venéreas. Em Manaus, a prostituição juvenil corre solta. As meninas, em geral adolescentes, estão expostas a práticas sexuais em locais públicos ou são levadas para boates em Boa Vista. Ali, muitas vezes são oferecidas publicamente. Folhetos anunciando sorteios dessas meninas foram recolhidos pela Polícia Federal, que alega nada poder fazer por ser isso competência dos Estados. O estupro já atinge cifras recordes. Só no Estado de São Paulo em 1999, três mil mulheres foram violentadas sexualmente.





No Brasil, os meios de comunicação e a propaganda colaboram para o incremento dos índices de violência, sem que o governo tome a menor providência. Os programas de TV e os comerciais de produtos para o consumo banalizam o sexo, cultuam a idéia de que a mulher é um objeto sexual que está à disposição de todos, transformam o corpo feminino em uma mercadoria, um ser que não pensa, não reage, como uma garrafa de cerveja ou um automóvel de luxo. Cultuam um modelo dominante de beleza, o que gera inúmeros problemas psicológicos, motivo de angústias e frustrações para a mulher.

Outro tipo de violência contra a mulher é à sua saúde. O risco de morte na gravidez e no parto hoje já é 33 vezes mais alto nos países semicolonais do que nos países imperialistas (dados da ONG norte-americana PAI - Population Action International). Com a Alca e a privatização total dos serviços de saúde, isso só tende a se agravar. Hoje, nos países semicoloniais, 515 mil mulheres morrem a cada ano na gravidez ou no parto – quase uma morte por minuto. Nos países imperialistas, a proporção média é de 1 morte em 2 mil mulheres. Nos países semicoloniais, 1 em 65 mulheres. A Itália é o país com o menor risco de morte relacionada à gravidez – 1 morte em cada 6.261 mulheres, enquanto a Etiópia tem a pior situação – 1 morte em cada 7 mulheres. No Brasil temos 1 morte em cada 128 mulheres.

O aborto, ilegal na América Latina, é o responsável por uma verdadeira tragédia. 30% das gravidezes terminam em aborto. Assim, a cada ano que passa, 4 mil mulheres se submetem a um aborto induzido. Em média, uma mulher faz entre 2 e 3 abortos durante o período reprodutivo. No Brasil, 1,5 milhões, sendo que 10% delas morrem ou ficam com seqüelas graves. Mais de um milhão de mulheres são hospitalizadas a cada ano por complicações decorrentes do aborto. Em toda a América Latina, o aborto só é legal em casos de estupro ou risco de vida para a mãe.

Em todo o Brasil, apenas 12 hospitais públicos praticam o aborto legal, deixando inúmeras mulheres sem outra opção, em caso de gravidez indesejada, que as "curiosas" ou os métodos abortivos mais primitivos, correndo assim sérios riscos de vida.

No Brasil, o aborto é punido severamente. Está regulamentado pelo Código Penal Brasileiro, que data de 1940. No capítulo Dos Crimes contra a Vida, afirma que

- Aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento. Art. 124. Pena de detenção de 1 a 3 anos.

- Provocar aborto, sem consentimento da gestante. Pena prisão de 3 a 10 anos. - Com consentimento. Pena prisão de 1 a 4 anos.

- Não se pune o aborto provocado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante e em caso de estupro.

A lei não pune o aborto em caso de estupro, mas a mulher tem de provar que foi estuprada, o que é muito difícil. Para provar, a mulher estuprada tem de ir a uma delegacia para fazer um boletim de ocorrência. Isso tem de ser feito logo em seguida ao estupro, porque a polícia só aceita a queixa se a mulher exibe marcas no corpo que comprovem a violência. No entanto, poucas são as mulheres que se animam a ir a uma delegacia logo após o estupro; em geral, estão tão abaladas que preferem o isolamento a ter de enfrentar um interrogatório policial. Assim, são poucas as que conseguem registrar queixa.

A situação da mulher brasileira e do conjunto da América Latina vem caminhando com rapidez... Para trás. Já se aproxima da condição da mulher no século XIX. A exploração desumana nas fábricas e nos trabalhos precários, o desemprego que aprofunda a dependência da mulher e fortalece o machismo, o abandono de crianças como uma ferida aberta que não encontra solução, o culto à maternidade sem a necessária contrapartida dos recursos para "ser mãe"; a redução da mulher à condição de escrava do lar e objeto sexual descartável, campanha esta incentivada pela mídia e causa do recrudescimento sem precedentes da violência contra a mulher; apelo ao aborto indiscriminado e sem qualquer assistência médica; falta de acesso à saúde, não por um atraso da medicina, como ocorria no século XIX, mas por uma política descarada de arrocho sobre a classe trabalhadora, que acaba por penalizar seus setores mais oprimidos. Esse retrato que acabamos de traçar nos remete, sem grandes discussões, de volta ao século XIX. Com o advento da Alca, nenhum desses graves problemas, que reclamam solução urgente, serão enfocados. Pelo contrário, se verão agravados com o aumento da miséria e da opressão. Se hoje, conforme indica o último Relatório da ONU, as mulheres representam 70% do total das pessoas que vivem em situação de miséria absoluta no mundo, não é difícil prever que, com o advento da Alca, as mulheres brasileiras e do conjunto da América Latina serão as primeiras a engordar as estatísticas.

Para não ser um discurso vazio ou uma saudação à bandeira no dia 8 de março, a emancipação da mulher depende de coisas bem concretas: emprego, salário e boas condições de vida. Com a Alca, tudo isso vai ficar ainda mais distante da mulher trabalhadora e pobre, para quem se antevê apenas uma dose ainda maior de opressão, submissão e desigualdade.



# CAPÍTULO III

# Maternidade, Sexualidade, Religião

O século XIX foi decisivo para a mulher, em todos os sentidos. A consolidação do Estado burguês impôs a sua ideologia de classe de definição clara dos papéis do homem e da mulher na sociedade. Ao mesmo tempo que avançava o discurso sobre a maternidade como fonte máxima de prestígio feminino, o capitalismo convocava cada vez mais as mulheres ao trabalho fora de casa. Essa contradição entre a ideologia e a base econômica do regime marcou todo o século XIX e também o seguinte. No entanto, a ciência moderna, que começou a fazer descobertas importantes para a prevenção de doenças e a alimentação das crianças, ajudando assim a reduzir a mortalidade infantil, recoloca em outros marcos a condição da mulher, antes domínio quase exclusivo das concepções religiosas.

## Nascemos para a maternidade?

> "O culto à feminilidade e à maternidade promovia com eficácia o ideal da mulher dedicada integralmente às tarefas domésticas. Essa ideologia afirmava que ser mãe era, além de o destino natural da mulher, o estado mais alto e nobre que ela poderia alcançar, acabando por transformar-se na própria razão da existência feminina."

Assim se refere a historiadora brasileira Tania Quintaneiro[1] sobre a condição da mulher no Brasil durante o século XIX. Esse culto à maternidade, dirigido inicialmente à classe média, acabou atingindo também a mulher operária. Era uma forma de transferir para a classe trabalhadora as obrigações do estado burguês sem qualquer tipo de questionamento. No final do século, as autoridades burguesas procuravam convencer as mães trabalhadoras a tomar

[1] *Retratos de mulher*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.